

ZFM aos 59 anos transforma investimento industrial em desenvolvimento regional

Bruno Leão/Sedecti

Com R\$ 19,9 bilhões aprovados, Amazonas ampliou empregos e financiou educação e crédito na região

Com R\$ 19,9 bilhões em investimentos aprovados, a Zona Franca de Manaus chega aos 59 anos consolidada como uma política de Estado que vai além da indústria. Desde 2023, o Governo do Amazonas tem direcionado os resultados do modelo para educação, crédito, inovação e desenvolvimento regional sustentável.

O resultado é um ciclo estruturado e contínuo: atração de indústrias, geração de empregos, formação de capital humano, fomento ao empreendedorismo e estímulo à pesquisa aplicada. Mais do que um instrumento de compensação geográfica, a Zona Franca tornou-se uma política de Estado, capaz de ampliar a base produtiva, fortalecer a arrecadação e reinvestir recursos em educação, ciência, crédito produtivo e infraestrutura, retroalimentando o próprio desenvolvimento.

Projetos aprovados

No centro dessa dinâmica está o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam). Órgão colegiado e técnico, o Codam, sob coordenação Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti), é responsável por analisar e aprovar projetos industriais que desejam se instalar ou expandir operações no Estado, definindo enquadramentos, incentivos e contrapartidas.

Entre 2023 e 2025, durante a segunda gestão do governador Wilson Lima e sob a condução do secretário Serafim Corrêa, o Codam aprovou 840 projetos industriais, crescimento expressivo em relação ao período anterior, quando foram 673 aprovações. O volume total de investimentos alcançou R\$ 19,94 bilhões.



Antonio Lima/Secom



Responsável por analisar e aprovar projetos industriais a se instalarem ou se expandirem na ZFM, o Codam define contrapartidas, especialmente relacionadas à geração de empregos, investimentos produtivos e aportes financeiros em fundos estratégicos

A expansão também se refletiu no emprego: 24.618 novos postos aprovados, superando os 23.382 do ciclo anterior, além do aumento do total de mão de obra prevista, que passou de 34.431 para 36.149 empregos.

Os números indicam mais que dinamismo econômico. Revelam o fortalecimento da política de atração de investimentos e sua conexão com diretrizes estratégicas do Estado: crescimento econômico com inovação e impacto regional.

As contrapartidas

A aprovação no Codam não significa apenas acesso a incentivos fiscais. Ela estabelece um compromisso. Empresas beneficiadas assumem contrapartidas previstas na legislação estadual e federal, especialmente relacionadas à geração de empregos, investimentos produtivos e aportes financeiros destinados a fundos estratégicos.

Esses recursos, provenientes, principalmente, da arrecadação de ICMS vinculada ao modelo e de contribuições específicas atreladas ao PIM, alimentam instrumentos estruturantes do desenvolvimento amazonense.

Entre eles está o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização

do Desenvolvimento do Amazonas (FTI), que direciona recursos para projetos estruturantes e ações no interior do Estado. Outro eixo é o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES) administrado pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam). O fundo garante crédito orientado, fortalecendo pequenos negócios, atividades produtivas e cadeias locais. Há ainda o financiamento integral da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sustentado majoritariamente por recursos vinculados ao modelo Zona Franca.

Para o secretário de Estado da Sedecti, Serafim Corrêa, o incentivo fiscal não é um benefício isolado. Ele faz parte de um modelo que exige responsabilidade. Cada projeto aprovado assume compromisso com emprego, com investimento e com o financiamento de políticas públicas que alcançam toda a sociedade.

“O que nós estamos fazendo é garantir que a riqueza gerada pelo Polo Industrial retorne para o povo do Amazonas. Retorne em crédito para o pequeno empreendedor, em recursos para o interior, em investimento em pesquisa e inovação. Esse é o sentido do modelo”, afirma o secretário.



Arquivo/Secom